



Número: **0802539-79.2018.8.15.0001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **10ª Vara Cível de Campina Grande**

Última distribuição : **31/08/2018**

Valor da causa: **R\$ 8.369,00**

Processo referência: **0809550-96.2017.8.15.0001**

Assuntos: **Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
EMANUEL ALMEIDA COSTA (AUTOR)		MARCONI ACIOLI SAMPAIO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)		SUELIO MOREIRA TORRES (ADVOGADO)	
ROSANA BEZERRA DUARTE DE PAIVA (TERCEIRO INTERESSADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
37886293	15/12/2020 20:10	<a href="#">Petição</a>	Petição
37886298	15/12/2020 20:10	<a href="#">2564887_PETICAO_DE_JUNTADA_DE_LIQUIDACAO_O_Anexo_04</a>	Outros Documentos
37886700	15/12/2020 20:10	<a href="#">2564887_PETICAO_DE_JUNTADA_DE_LIQUIDACAO_O_Anexo_03</a>	Outros Documentos
37886702	15/12/2020 20:10	<a href="#">2564887_PETICAO_DE_JUNTADA_DE_LIQUIDACAO_O_Anexo_02</a>	Outros Documentos
37886703	15/12/2020 20:10	<a href="#">2564887_PETICAO_DE_JUNTADA_DE_LIQUIDACAO_O_01</a>	Outros Documentos

EM ANEXO





N° DA PARCELA		DATA DO DEPÓSITO	AGÊNCIA (PREF / DV)	N° DA CONTA JUDICIAL
0		10/12/2020	3331	1700110505540
DATA DA GUIA	N° DA GUIA	N° DO PROCESSO	TRIBUNAL	TIPO DE JUSTIÇA
09/12/2020	2564887	08025397920188150001	TRIBUNAL DE JUSTICA	
COMARCA	ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)	
CAMPINA GRANDE	10 VARA CIVEL	RÉU	3437,50	
NOME DO RÉU/IMPETRADO		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A		Jurídica	09248608000104	
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
EMANUEL ALMEIDA COSTA		Física	10491998473	
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA				
B66C00F89FB70D89				
CÓDIGO DE BARRAS				





N° DA PARCELA		DATA DO DEPÓSITO	AGÊNCIA (PREF / DV)	N° DA CONTA JUDICIAL
0		10/12/2020	3331	1700110505541
DATA DA GUIA	N° DA GUIA	N° DO PROCESSO	TRIBUNAL	TIPO DE JUSTIÇA
09/12/2020	2564887	08025397920188150001	TRIBUNAL DE JUSTICA	
COMARCA	ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)	
CAMPINA GRANDE	10 VARA CIVEL	RÉU	2218,43	
NOME DO RÉU/IMPETRADO		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A		Jurídica	09248608000104	
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
EMANUEL ALMEIDA COSTA		Física	10491998473	
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA				
4C757F678A1F58EC				
CÓDIGO DE BARRAS				



## Cálculo de atualização monetária

### Cálculo de atualização monetária

[Voltar](#) [Versão para Impressão](#)

Dados básicos informados para cálculo	
Descrição do cálculo	RETROAGIMOS OS CALCULOS EM 2 MESES
Valor Nominal	R\$ 2.193,75
Indexador e metodologia de cálculo	INPC-IBGE - Calculado pelo critério mês cheio.
Período da correção	Maio/2016 a Outubro/2020
Taxa de juros (%)	1 % a.m. simples
Período dos juros	3/1/2019 a 4/12/2020
Honorários (%)	10 %

Dados calculados	
Fator de correção do período	1614 dias 1,158130
Percentual correspondente	1614 dias 15,812997 %
Valor corrigido para 1/10/2020	(=) R\$ 2.540,65
Juros(701 dias-23,00000%)	(+) R\$ 584,35
Sub Total	(=) R\$ 3.125,00
Honorários (10%)	(+) R\$ 312,50
<b>Valor total</b>	<b>(=) R\$ 3.437,50</b>

## PLANILHA DE DÉBITOS JUDICIAIS

Data de atualização dos valores: outubro/2020

Indexador utilizado: INPC-IBGE

Juros moratórios simples de 1,00% ao mês - a partir de 03/01/2019

Acréscimo de 0,00% referente a multa.

Honorários advocatícios de 10,00%.

ITEM	DESCRIÇÃO	DATA	VALOR SINGELO	VALOR ATUALIZADO	JUROS COMPENSATÓRIOS 0,00% a.m.	JUROS MORATÓRIOS 1,00% a.m.	MULTA 0,00%	TOTAL
1		16/8/2016	60,00	68,06	0,00	14,29	0,00	82,35
2		11/8/2016	10,00	11,34	0,00	2,38	0,00	13,72
3		12/6/2016	50,00	57,34	0,00	12,04	0,00	69,38
4		19/5/2016	1.139,64	1.319,85	0,00	277,17	0,00	1.597,02
5		14/5/2016	144,00	166,77	0,00	35,02	0,00	201,79
6		2/7/2016	38,00	43,38	0,00	9,11	0,00	52,49
			Sub-Total					R\$ 2.016,75
			Honorários advocatícios (10,00%)		(+)			R\$ 201,68
			Sub-Total					R\$ 201,68
			TOTAL GERAL					R\$ 2.218,43





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 10ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAMPINA GRANDE/PB

Processo: 08025397920188150001

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **EMANUEL ALMEIDA COSTA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., **requerer a juntada do Comprovante de Pagamento da liquidação**.

Frisa-se que o pagamento ocorreu de modo espontâneo, ou seja, antes mesmo da intimação nos termos do art. 523, CPC. Desde já o demandado **IMPUGNA EXPRESSAMENTE** o cálculo apresentado como anexo ao cumprimento de sentença ID **35412943 - Execução / Cumprimento de Sentença**, eis que em total **DISSONÂNCIA** com a condenação. Veja que a parte autora somou o valor da condenação e das despesas médicas e atualizou todos com os mesmos parâmetros, de modo diverso da estipulação contida em sentença. Em verdade, o cálculo da invalidez, bem como das despesas médicas devem ser feitos separadamente, conforme em anexo, a fim de observar os parâmetros para incidência de correção monetária contidos na sentença. Além disso, frisa-se que foram inseridos equivocadamente honorários de 20%, em dissonância com a **SUCUMBÊNCIA** de forma pro-rata determinada em sentença. Desse modo, por óbvio, devido ao patrono da parte autora tão somente o montante de 10%.

Apenas para ratificar as informações acima prestadas quanto aos equívocos da parte autora, vejamos o dispositivo da sentença:

*“(...) A) **CONDENAR a demandada a pagar à parte autora, a título de diferença faltante da indenização por invalidez parcial permanente, a quantia de R\$ 2.193,75 (dois mil cento e noventa e três reais e setenta e cinco centavos), acrescida de correção monetária pelo INPC, com incidência a partir da data do sinistro (10/07/2016), e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, devidos a partir da citação;***

*B) **CONDENAR a demandada a pagar à parte autora, a título de ressarcimento por despesas de assistência médica e suplementares, a quantia de R\$ 1.441,64 (um mil quatrocentos e quarenta e um reais e sessenta e quatro centavos), acrescida de correção monetária pelo INPC, com incidência a partir da data de cada pagamento, e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, devidos a partir da citação.***

*Em face da sucumbência parcial, **condeno as partes ao pagamento das custas de forma pro-rata, bem assim em honorários advocatícios arbitrados**, nos termos do parágrafo 2º do art. 85 do CPC, em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, a serem pagos ao advogado da parte adversa, vedada a compensação, ficando suspensa a cobrança em relação à autora, haja vista ser beneficiária da justiça gratuita (...)*”



Dessa forma, o cálculo deve ser elaborado conforme documento em anexo. Assim, pugna a ré pela intimação da parte autora nos termos do art. 526, §1º, NCPC, havendo extinção com a concordância expressa ou em sendo ultrapassado o prazo de 05 dias sem manifestação, deverá ser extinta a execução nos termos do art. 526, §3º c/c 924, II, NCPC. Caso persista no equívoco, o que admite-se por razões de argumentação, pugna por intimação nos termos do art. 523, CPC para fins de interposição de impugnação. Por fim, que seja observado exclusivamente o nome do advogado SUELIO MOREIRA TORRES 15477/PB, para efeito de intimações futuras, sob pena de nulidade das mesmas.

Termos em que, Pede Juntada.

CAMPINA GRANDE, 15 de dezembro de 2020.

**João Barbosa**  
OAB/PB 4246-A

**SUELIO MOREIRA TORRES**  
15477 - OAB/PB

